

Atividade unidade II

TRABALHO EM GRUPO:

Leiam os três textos abaixo e dissertem sobre o exercício da cidadania em uma sociedade dominada pelos valores do mercado e na qual os valores tradicionais entram em choque com a globalização e a tecnologia.

Valores do mercado – Por Frei Betto

"É no mínimo preocupante constatar como, hoje, se enche a boca para falar de livre mercado e competitividade, e se esvazia o coração de solidariedade"

Na sociedade neoliberal cresce a produção de bens supérfluos, oferecidos como mercadorias indispensáveis. O consumidor, massacrado pela publicidade, acaba se convencendo de que a saúde de seu cabelo depende de uma determinada marca de xampu. Melhor cortar a cabeça do que viver sem o tal produto...

Para o neoliberalismo, o que importa não é o progresso, mas o mercado; não é a qualidade do produto, mas seu alcance publicitário; não é o valor de uso de uma mercadoria, mas o fetiche que a reveste.

Compra-se um produto pela aura que o envolve. A grife da mercadoria promove o status do usuário. Exemplo: se chego de ônibus na casa de um estranho e você desembarca de um BMW, acredita que seremos encarados do mesmo modo?

Para o neoliberalismo, não é o ser humano que imprime valor à mercadoria; ao contrário, a grife da roupa "promove" socialmente o seu usuário, assim como um carro de luxo serve de nicho à exaltação de seu dono. Passa a ser visto pelos bens que envolvem a sua pessoa.

Em si, a pessoa parece não ter nenhum valor à luz da ótica neoliberal. Por isso, quem não possui bens é desprezado e excluído. Quem os possui é invejado, cortejado e festejado. A pessoa passa a ser vista (e valorizada) pelos bens que ostenta.

O mercado é como Deus: invisível, onipotente, onisciente e, agora, com o fim do bloco soviético, onipresente. Dele depende a nossa salvação. Damos mais ouvidos aos profetas do mercado – os indicadores financeiros – que à palavra das Escrituras.

Idolatrias à parte, o mercado é seletivo. Não é uma feira livre cujos produtos carecem de controle de qualidade e garantia. É como

shopping center, onde só entra quem tem (ou aparenta ter) poder aquisitivo.

O mercado é global. Abarca os milhardários de Boston e os zulus da África, os vinhos da mesa do papa e as peles de ovelha que agasalham os monges do Tibete. Tudo se compra, tudo se vende: alfinetes e afetos; televisores e valores; deputados e pastores. Para o mercado, honra é uma questão de preço.

Fora do mercado não há salvação – é o dogma do neoliberalismo. Ai de quem não acreditar e ousar pensar diferente! No mercado, ninguém tem valor por ser alguém. O valor é proporcional à posição no mercado. Quem vende ocupa maior hierarquia do que quem compra. E quem comanda o mercado controla os dois.

Mercado vem do verbo latino mercari, "trocar por algo", que deu também origem a mercê, "o que se dá em troca de algo", donde mercearia e mercenário. Comércio vem de "com mercê", com troca. Portanto, é dando que se recebe. Quem não tem capital, produtos ou saber para oferecer no mercado, só entra ofertando a força de trabalho, o corpo ou a imbecilidade (vide TV aos domingos).

O mercado tem suas sofisticações. Não fica bem dizer "tudo é uma questão de mercado". Melhor o anglicismo marketing, que significa "ciência do comércio". É uma questão de marketing o tema da telenovela, o sorriso do apresentador de TV, o visual do candidato e até o anúncio do suculento produto que prepara o colesterol para as olimpíadas do infarto. Vende-se até a imagem primeiro-mundista de um país atulhado de indigentes perambulando pelos sertões à cata de terra para plantar.

Outrora, olhava-se pela janela para saber como andava o tempo. Hoje, liga-se o rádio e a TV para saber como se comporta o mercado. É ele que traz verão ou inverno às nossas vidas. Seus arautos merecem mais espaço que os meteorologistas. Dele dependem importações e exportações, inversões e fugas de capitais, contratos e fraudes.

Nem todos merecem o mesmo status no mercado. Freguês, quitandeiro ou baraqueiro é quem trabalha no mercado de alimentos. Executivo ou investidor, quem opera no mercado financeiro. Marchand, quem atua no mercado de arte. Corretor, quem agencia no mercado imobiliário. Sujeito de sorte, quem hoje se encontra no mercado de trabalho, ainda que condenado ao salário mínimo. E quem opera no mercado de capitais? Especulador. Mas quem ousa apresentar-se com tal marketing?

É no mínimo preocupante constatar como, hoje, se enche a boca para

falar de livre mercado e competitividade, e se esvazia o coração de solidariedade. A continuar assim, só restarão os valores da bolsa. E em que mercado comprar as nossas mais profundas aspirações: amor e comunhão, felicidade e paz?

O mercado desempenha, pois, função religiosa. Ergue-se como novo sujeito absoluto, legitimado por sua perversa lógica de expansão das mercadorias, concentração da riqueza e exclusão dos desfavorecidos. Já reparou como os comentaristas da TV se referem ao mercado? "Hoje o mercado reagiu às últimas declarações do líder da oposição". Ou: "O mercado retraiu-se diante da greve dos trabalhadores".

Parece que o mercado é um elegante e poderoso senhor que habita o alto de um castelo e, de lá, observa o que acontece aqui embaixo. Quando se irrita, pega o celular e liga para o Banco Central. Seu mau humor faz baixar os índices da Bolsa de Valores ou subir a cotação do dólar. Quando está de bom humor, faz subir os índices de valorização das aplicações financeiras.

Para Jesus, "ninguém pode servir a dois senhores. Com efeito, ou odiará um e amará o outro, ou se apegará ao primeiro e desprezará o segundo. Não podeis servir à Deus e ao dinheiro" (Mateus 6, 24). Mas quem se interessa em servir à Deus se ele é invocado pelo fundamentalismo de Bush e Bin Laden? Enquanto os senhores da guerra tomarem o seu santo nome em vão, estaremos distantes da tão almejada paz.

Ética, mera questão de estética?

Frei Betto

Será que numa sociedade tão quantificada pelo mercado existe espaço para valores qualitativos da ética? Diante da impunidade de políticos comprovadamente anti-éticos, há esperança de que bens infinitos, como acentuava o professor Milton Santos, tenham prevalência sobre bens finitos? Ou seria a ética uma mera questão de estética, emoldurando a mulher de César, ainda que ela não seja honesta?

Ética deriva do grego ethos, usos e costumes adotados numa sociedade para se evitar a barbárie de a vontade de um violar os direitos de todos. Valor universal, deve estar enraizado no coração humano. Difere do pecado. Este deriva de algo que vem de fora da pessoa - a vontade de Deus, os mandamentos, a culpa originada da transgressão da lei divina. A ética vem de dentro, iluminada pela razão e fomentada pela prática das virtudes.

A mitologia, religião dos gregos repleta de exemplos nada edificantes, obrigou-os a buscar na razão os princípios normativos de nossa boa convivência social. A promiscuidade reinante no Olimpo podia ser objeto de crença, mas não convinha traduzir-se em atitudes; assim, a razão conquistou autonomia frente à religião, como nos ensinam as obras de Platão e Aristóteles e, por tabela, a sabedoria de Sócrates.

Se a nossa moral não decorre dos deuses, então somos nós, seres racionais, que devemos erigi-la. Em Antígona, peça de Sófocles, em nome de razões de Estado Creonte proíbe Antígona de sepultar seu irmão Polinice. Ela se recusa a obedecer "leis não escritas, imutáveis, que não datam de hoje nem de ontem, que ninguém sabe quando apareceram". É a afirmação

da consciência sobre a lei, da cidadania sobre o Estado, do direito natural sobre o divino.

Mas será que temos todos consciência ética? E essa consciência individual converge para os interesses coletivos? Sócrates defendia que a ética exige normas constantes e imutáveis. Não pode ficar na dependência da diversidade de opiniões. Em República, Platão lembra que para Trasímaco a ética de uma sociedade reflete os interesses de quem ali detém o poder. Conceito que será retomado por Marx e aplicado à ideologia. O que é o poder? É o direito concedido a um indivíduo ou conquistado por um partido ou classe social de impor a sua vontade à vontade dos demais.

Na versão de Paulo Freire, numa sociedade desigual a cabeça do oprimido tende a hospedar a cabeça do opressor. Isso significa que a classe política, por deter o poder, normatiza (ou não) os princípios éticos que regem uma sociedade. Ou relativiza-os ao adotar o “jeitinho”, o nepotismo, o corporativismo. Ou nega-os pela prática da corrupção, da malversação, da locupletação com dinheiro público.

Aristóteles rejeita a Teoria do Bem e põe a bola no chão: o que as pessoas mais desejam? A felicidade, responde acertadamente; inclusive quando praticam o mal, lembra Tomás de Aquino. Santo Agostinho, influenciado por Platão, dirá que o ser humano vive na permanente tensão entre a lei e o amor, a cidade dos homens e a cidade de Deus. A primeira exige coerção e repressão a fim de combater o mal, e essa função só pode ser exercida por quem governa em prol da comunidade. Na cidade de Deus predominam o amor, o perdão, a persuasão. Essa dialética introduz-se definitivamente na política e aparece, na Idade Média, sob a teoria das “duas espadas”; em Lutero, a luta entre os “dois reinos”; na teologia atual, a não-violência e a violência revolucionária; na filosofia política, a distinção entre ética na política e ética da política.

Santo Tomás de Aquino sublinha a irredutível precedência da consciência individual, buscando entretanto o equilíbrio que evite os riscos de relativismo e juridicismo. O primeiro instaura a anarquia quando cada um, a partir da própria consciência, considera-se juiz de si mesmo; o segundo nega a liberdade humana ao identificar o legal com o justo, e erigir a lei em princípio supostamente imutável.

Os iluministas, como Kant e Hume, fundam a ética na natureza humana; imprimem-lhe autonomia frente à ética cristã, centrada na fé. “Mesmo o Santo do Evangelho – diz Kant – deve ser comparado com o nosso ideal de perfeição moral antes de ser reconhecido como tal” (Fundamentos da metafísica dos costumes). Há em nós um senso inato do dever e não deixo de fazer algo por ser pecado, e sim por ser injusto. E nossa ética individual deve se complementar pela ética social, já que não somos um rebanho de indivíduos, mas uma sociedade que exige, à sua boa convivência, normas e leis e, sobretudo, a cooperação de uns com os outros.

Ética universal

A filosofia moderna fará uma distinção aparentemente avançada e que, de fato, abre novo campo de tensão ao frisar que, respeitada a lei, cada um é dono de seu nariz. A privacidade como reino da liberdade total. O problema desse enunciado é que desloca a ética da responsabilidade social (cada um deve preocupar-se com todos) para os direitos individuais (cada um que cuide de si).

Essa distinção ameaça a ética de ceder ao subjetivismo egocêntrico. Tenho direitos, prescritos numa Declaração Universal, mas e os deveres? Que obrigações tenho para com a sociedade em que vivo? O que tenho a ver com o faminto, o oprimido e o excluído? Daí a importância do conceito de cidadania. As pessoas são diferentes e, numa sociedade desigual, tratadas segundo sua importância na escala social. Já o cidadão, pobre ou rico, é um ser dotado de direitos invioláveis, e está sujeito à lei como todos os demais. O caso Francelino, com a derrubada do ministro Palocci, acusado de violar o sigilo bancário do caseiro, é um bom exemplo de como a cidadania inibe o arbítrio. Uma ética que se pretenda universal não pode restringir-se a uma ótica negativa que proíba a violação de direitos fundamentais. Há que coroá-la com seu aspecto positivo, acentuando virtudes, valores, costumes e responsabilidades sociais, sem olvidar que a felicidade – o bem supremo – exige condições subjetivas e objetivas, articula o pessoal ao social, e inclui a preservação do meio ambiente.

Na atual conjuntura, parece não haver justiça no reino da política para quem viola a ética, nem

reconhecimento para quem a pratica. Quando muito, fica-se na ética do mínimo: faço o que a lei não proíbe. Quem detém uma função política serve, queira ou não, de parâmetro para a sociedade. Não é suficiente que respeite as leis. Deve agir com justiça e generosidade, e suas atitudes pautarem-se pelo rigor ético. Caso contrário, será contado entre os hipócritas, aqueles que, no teatro grego, falavam uma coisa enquanto os autores faziam outra. É o que hoje se chama estética do marketing eleitoral; ornamenta-se o embuste para que ambições pessoais sejam coroadas pela aura do dever cívico em prol do bem comum.

Não basta, entretanto, supor que a ética depende exclusivamente das virtudes pessoais. Como dizia Ortega y Gasset, "eu sou eu e minhas circunstâncias." Há que fundar a ética no modo de organizar a sociedade. Se as instituições são verdadeiramente democráticas, transparentes; se há liberdade de imprensa; se os movimentos sociais dispõem de força e mecanismos para pressionar o poder público; então as atitudes anti-éticas tornam-se mais difíceis. Por isso os políticos sem caráter não se empenham na reforma política, na democracia participativa, no acesso da ação popular ao poder público.

Ao votar, o eleitor deve avaliar a conduta ética do candidato, sua vida pregressa, os princípios que o regem e os objetivos a que visa. É o caminho para aperfeiçoarmos as instituições e a democracia. Contudo, a ética da política não pode depender de virtudes pessoais dos políticos. Como adverte o Gênesis, todo ser humano tem prazo de validade e defeito de fabricação, o que o autor bíblico chama de 'pecado original'. Mais do que os indivíduos, são as instituições sociais que devem estar impregnadas de ética. Assim, ainda que o indivíduo queira corromper ou deixar-se corromper, fica na vontade e na tentação, impedido pela argamassa jurídica que sustenta as instituições vedadas às brechas que favorecem a impunidade.

Parecer ético é uma questão de estética, típica do oportunismo. Ser ético é uma questão de caráter.

Frei Betto é escritor, autor, em parceria com L.F. Veríssimo e outros, de “O desafio ético” (Garamond), entre outros livros

Visões diferentes sobre cidadania

Por SAWA KUROTANI

Especial para o THE DAILY YOMIURI

Edição no. 20,035, do dia 15 de junho de 2006 página no. 13.

Dr. Kurotani, é Antropólogo, professor assistente de antropologia e diretor do departamento de estudos asiáticos da universidade Redlands na Califórnia - <http://www.redlands.edu/>

Tradução: José Evaldo de Freitas Sousa.

Aqui nos Estados Unidos, imigração e cidadania tem sido foco de intenso debate público e massiva demonstração pública por alguns meses. Uma estimativa de 12 milhões de imigrantes ilegais vive e trabalha no país, contribuindo com aproximadamente 10 por cento do produto interno bruto.

Particularmente na região sudeste da Califórnia, onde eu moro, o assunto imigração tem se tornado notícia do cotidiano. A maioria de nós conhece alguém – Membro da família, amigo, colega de trabalho – que são ilegais, quando não, até nós mesmos o somos.

Mesmo se nós não conhecemos ninguém em particular, todos nós somos beneficiados pelo trabalho duro realizado pelos imigrantes ilegais. O que é a grande preocupação aqui, não é exatamente o futuro desses quase 12 milhões de pessoas individualmente. É exatamente, uma batalha nacional saber sobre o conceito de

“cidadania” que direitos são adquiridos, quem irá ser os beneficiários, e como.

Tenho observado muitas demonstrações pela TV, e fui surpreendido pelo enorme número de crianças e adolescentes, marchando ao lado dos demais adultos, em claro sinal de apoio aos direitos dos imigrantes, cuja experiência foi completamente o oposto da minha própria infância no Japão, quando eu dificilmente, quando nunca, usei ou ouvi palavras como *KOKUSEKI* (nacionalidade) ou *SHIMINKEN* (cidadania).

Creio que foi somente no inicio de minha vida adulta, quando eu finalmente comecei a me dar conta que cidadania era para algumas pessoas um caso muito complicado. Uma de minhas colegas de faculdade estava se aproximando a idade de 21 anos quando ela teve que escolher entre as suas duas cidadanias. Para ela, o que era uma iminente realidade, a qual ela teve que lidar por todo sua vida; para mim, escolher entre cidadanias era algo como uma novela, uma idéia horivelmente elaborada de um romance de espionagem.

Um outro amigo meu que era “Residente Coreano”, que nasceu e cresceu no Japão, e era um quarto apenas descendente de coreano, jamais foi à península coreana, mesmo que para uma única visita de final de semana. E mesmo assim, no Japão, ele era considerado “estrangeiro”, no único lugar onde ele chamaria de LAR.

Apesar de algumas mudanças significativas sobre a definição de cidadania, e o status legal dos “residentes coreanos” no Japão, a impressão que se tem é que a cidadania japonesa mantém se reservada primeiramente para o povo “japonês”, que nasceu de pais japoneses, cresceram como japoneses, e passou a maioria, quando não, toda sua vida no Japão.

O Sociólogo Kosaku Yoshino, considera a identidade nacional japonesa baseando se na noção especial conceituada como “nacionalismo cultural”. Assim, a cidadania japonesa é a materialização do pensamento cultural-nacionalista: Para ser um cidadão do Japão, a pessoa deve ser “japonês” em cada meio concebível, não apenas legalmente, mas também culturalmente e, o mais importante, biologicamente.

A auto-análise japonesa sobre sua identidade nacional é amplamente conhecida como *NIHONJINRON* (literalmente, discussão ou teoria sobre os japoneses), cuja qual centraliza-se nas características exclusivas e únicas compartilhadas entre os japoneses, que é o produto de duas esferas, biológica e cultural. A essência da identidade japonesa é transmitida através do “sangue” e é desde cedo alimentado com o processo de sociabilização, para se fazer um verdadeiro “japonês” e por aí vai a teoria. Essa é a razão porque muitos japoneses teimosamente recusam-se a aceitar os não-japoneses, que tem quase que o nível nativo de fluência na língua japonesa e são perfeitamente capazes de entender as sutis nuances da língua e da cultura: Como pode ser possível um *GAIJIN* (estrangeiro) sem ter sangue japonês ou educação japonesa entender alguma coisa sobre japonês?

A mesma noção sobre “japonesidade” (relativo ao Japão e ao que se identifica como japonês) é também a raiz do problema quanto ao identificar os *KIKOKU SHIJO*, ou “retornados”, crianças japonesas que passaram muitos anos de sua vida morando no exterior, e que por esse motivo, torna sua capacidade de receber a educação japonesa menos eficaz que os japoneses “perfeitos”.

Apesar da sociabilização ser um aspecto importante da “japonesidade”, o “sangue japonês” é visto no final das contas como a mais consistente e confiável fonte do caráter japonês, a substância que faz um inexplicável e indubitável japonês, apesar da influencia social e cultural.

Quando o Japão começou admitir um grande numero de trabalhadores estrangeiros no país no inicio da década 80, a grande e esmagadora preferênciia foram dadas aos descendentes de japoneses, que muitos anos antes haviam imigrado para o Brasil e Peru.

Os japoneses aparentemente acreditaram que o sangue japonês os faria “japoneses” apesar do fator da sociabilização como Brasileiros ou Peruanos, e eles ficaram verdadeiramente surpreendidos, quando descobriram mais tarde que não correra o que estavam esperando.

Esse exemplo dá nos uma idéia de quão poderoso é o senso e a crença do “sangue japonês” no Japão.

E existem muitos problemas decorrentes de tal noção de “japonesidade”. Tecnicamente falando, características de aprendizado não podem ser geneticamente transmitidas. Análises históricas também sugerem que o que nós consideramos hoje como “japonês” é, na maioria das vezes, uma invenção moderna. Mas, tanto quanto durável essa noção de que a biologia e a cultura produzem um genuíno “japonês” continue sendo à base da cidadania japonesa, a mobilidade entre cidadãos e estrangeiros categoricamente será mínima.

O antropólogo cultural Aihwa Ong, argumenta que a noção e a prática da cidadania está mudando rapidamente com a globalização, e está se tornando mais “flexível”, o que está permitindo que pessoas se movimentem mais através das fronteiras nacionais com facilidade, criando redes de relacionamentos transnacionais, aproveitando as vantagens das atividades econômicas globais.

Num mundo de cidadania flexível, nós não podemos mais supor que as pessoas devam, e queiram, fixar-se com uma única cidadania dada pelo seu país de origem, e pelo resto de sua vida.

Ao invés disso, a maioria das pessoas deveria ter mais do que uma única cidadania e residência, deveriam pertencer a múltiplas nações, estados e culturas, e sentir se a vontade, em viver suas vidas transnacionalmente e multiculturalmente. Isso talvez pareça esquisito para algumas pessoas, mas já é uma realidade para muitos ao redor do mundo.

O Japão é hoje uma das poucas nações desenvolvidas que não permite a dupla cidadania. Isto não representa um grande problema num mundo de “uma única cidadania por pessoa e pelo resto da vida” que é, talvez, o mundo onde a maioria dos meus compatriotas ainda vive. Mas, é uma questão de tempo para que nós reconheçamos que o MITO da “sociedade homogênea” é apenas um mito, e já existe um número crescente de japoneses que desfrutam da experiência de vida transnacional/multicultural fora do Japão, em contrapartida, mais e mais não-japoneses estão escolhendo em viver e trabalhar no Japão...

É muito importante lembrar que a questão da cidadania é realmente a questão da linha que o Japão enquanto nação deverá desenhar em torno de si mesmo: Será o Japão capaz de abrir suas fronteiras e aceitar “cidadãos flexíveis” como seus próprios cidadãos? Será que algum dia tornar-se-á o Japão uma nação onde uma variedade de relacionamentos - hereditariedade familiar, residência permanente, contribuição importante à sociedade, etc. – serão todos reconhecidos, e diferentes maneiras de ser “japonês” serão igualmente bem vindos?

Assim como nos Estados Unidos, no Japão também as expectativas em relação ao tema estão altas, e este é um grande fator, altamente determinante no relacionamento do Japão com um, cada vez mais, mundo interconectado e global.